



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: CIDADES, CAMPOS E TERRITÓRIOS

CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: Desafios e possibilidades de uma comunidade rural

SÁ, Vinícius Claudino

Doutorando em Extensão Rural

PPGExR/UFSM

viniciusclaudino@gmail.com

SOUZA, Bartolomeu Israel

Doutor em Geografia

Professor do Departamento de Geociências

bartoisrael@yahoo.com.br

Resumo

Este estudo apresenta o resultado de uma pesquisa realizada com lideranças de comunidades rurais em um município do semiárido brasileiro localizado no estado da Paraíba. O objetivo foi verificar qual era a percepção das lideranças sobre o meio rural local, de modo a identificar os seus principais pontos positivos e negativos. Além disso, buscou-se conhecer algumas estratégias para a melhor convivência com o semiárido. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, documental e a discussão em grupo focal com 16 lideranças, separados em 04 subgrupos. A análise dos dados foi feita utilizando a análise de conteúdo pôr eixo temático, através do agrupamento das falas dos respondentes traçou-se uma interpretação da realidade da comunidade rural com relação aos objetivos propostos. Como resultados, destacam-se o grande interesse das lideranças em melhorar a qualidade de vida da região, otimizando o uso dos recursos naturais e evitando a degradação ambiental. Notou-se também uma grande preocupação com a juventude rural, onde foram sugeridos mais investimentos em políticas públicas direcionadas a educação, ao lazer, a qualificação profissional. Outro aspecto foi a necessidade de organização comunitária para a conquista de melhorias para as comunidades rurais, nas declarações notou-se um desconforto com a realidade atual e que a manutenção das famílias na zona rural tem sido um desafio às vezes intransponível.

Abstract

This research presents the result of a survey of leaders from rural communities in a municipality from the semi-arid Brazilian regions in the state of Paraíba. The goal was to determine the leaders' perception about the rural and local environment, in order to identify their main strengths and weaknesses. In addition, we attempted to learn some strategies for a better coexistence with the semi-arid. As a methodology, we used a bibliographical and documental research, and a debate in a focus group with 16 leaders, divided into 04 subgroups. The data analysis was performed using an analysis of content according to a thematic axis. By grouping the statements of the respondents, we have elaborated an interpretation of the reality from the rural community in relation with the proposed objectives. Regarding the results, we can highlight a great interest of the leaders in improving the quality of life in the region, upgrading the use of natural resources and preventing environmental degradation. A great concern was noticed about the rural youth, where more investment in public policies was suggested, aimed at education, leisure and professional education. Another aspect was the need for community organization in order to achieve improvements for rural communities. In the statements, we noticed a discomfort with the current situation and the families' care in rural areas has been a challenge sometimes impassable.

Palavras-chave: Semiárido, Estratégias, Convivência com o semiárido
Keywords: Semi-arid, Strategies, Coexisting with the semi-arid region.

PAP1075

INTRODUÇÃO

Entende-se que o processo de tomada de decisão é uma novidade para muitas comunidades rurais; ou seja, em muitos locais o desafio não está só no fato de escolher certo ou errado, mas sim na experiência em utilizar este poder, pois a democracia e o poder de escolha foram confundidos, em algumas regiões, com um tipo de democracia representativa, onde o papel do cidadão se restringe a eleger um representante que irá tomar decisões por ele e isso pode gerar um problema de falta de compromisso e de centralização de poder.

Sendo assim, o desenvolvimento deve levar em consideração as especificidades de cada localidade, onde o grupo de pessoas que ali habitam deve optar sobre qual é o tipo de futuro que melhor se encaixa nas suas perspectivas de vida e a partir daí escolher o tipo de desenvolvimento que deve ser perseguido. Neste sentido, Franco (2010, p. 10) defende que

...não se trata de multiplicar experiências de geração de trabalho e renda a partir de uma racionalidade exclusiva ou predominantemente econômica, como ocorreu nos anos 80 e em boa parte dos anos 90 do século passado. Como disse Caio Márcio Silveira, “o grande diferencial das experiências de desenvolvimento local, iniciadas ao final da década [de 1990], é justamente constituir uma matriz de projetos no território (o que chamo de “usina social de projetos”), onde se combinam articulação interinstitucional e participação social (ou novos “arranjos socioinstitucionais” ou “novas institucionalidades”, vinculando ampliação da esfera pública e oferta de serviços territorializados). Como sabemos, este diferencial de ambiente não é apenas um “aspecto contextual”, mas é o núcleo do processo, é aí que se dá o salto do pontual para o sistêmico.

Outro autor que defende a cultura local como peça chave para o desenvolvimento é Jan Pieterse (1995). Para ele, a cultura local pode ser arena de lutas em termos de poder, e destaca a importância de não ocorrer uma padronização das culturas nacionais. Este tipo de dominação tenta apagar toda a história de um povo, as construções que levaram aquelas pessoas a se reunir e compreender o mundo.

No entanto, não se deve esquecer que nem todas as comunidades têm o mesmo nível de participação dos atores locais, já que algumas estão muito longe dos grandes centros consumidores e produtores de inovações e tecnologia.

Então, para estas comunidades os resultados podem demorar um pouco mais e algumas ações diferenciadas podem ser necessárias, cabendo aos órgãos responsáveis pela coordenação das atividades de desenvolvimento um papel também de incentivador, para que fatores como baixa escolaridade, falta de alimentos, falta de crédito, falta de mercados, submissão a grupos políticos possam ser resolvidos de modo que isso não se torne um obstáculo no caminho de desenvolvimento que passa a ser trilhado por esta comunidade.

Este trabalho apresenta o resultado de uma pesquisa realizada com lideranças de comunidades rurais em um município do semiárido brasileiro localizado no estado da Paraíba. O objetivo desta pesquisa foi verificar qual era a percepção das lideranças sobre o meio rural local, de modo a identificar os seus principais pontos positivos e negativos. Além disso, buscou-se conhecer algumas estratégias para a melhor convivência com o semiárido. De forma geral, essas discussões terão como suporte teórico os conceitos de planejamento e desenvolvimento.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Alguns conceitos norteadores de planejamento

Segundo Nascimento (2010), em seu texto sobre Planejamento estratégico e desenvolvimento sustentável, o planejamento é definido como um conjunto de técnicas para antecipar os resultados de uma ação. Significa não improvisação.

Para Mintzberg et al. (2000) e Nascimento (2010), a definição de planejamento tem características que apontam para a diversidade conceitual para este tema. Inclusive, muitos podem até rejeitar o termo e afirmar que não planejam, o que pode significar na verdade que esta pessoa não cria um documento rígido, mas que traça metas e de forma flexível tenta alcançá-las.

A elaboração de projetos de desenvolvimento no meio rural se constitui em uma experiência de planejamento, a qual deve ser capaz de mobilizar recursos que reflitam em uma melhoria do objeto planejado. Entretanto, ainda é pouco difundido o hábito de formalizar os planejamentos em documentos capazes de traduzir as etapas e as estratégias para operacionalização das ações, com indicadores para monitoramento e avaliação baseados em diagnósticos bem sustentados.

Para Dufumier (2007) os projetos de desenvolvimento agrícola são concebidos para atingirem objetivos formulados em nome do interesse geral. Para o autor, é necessária a participação dos camponeses na formulação de projetos, mas isso não deve servir de pretexto para o afastamento dos especialistas, pois estes teriam a vantagem de não tomar parte diretamente das contradições internas.

É bem provável que as pessoas façam planejamentos e elaborem projetos, mas na prática poucos os organizam em documentos fundamentados, com diagnósticos e metodologias específicas, ficando apenas no projeto informal. Entretanto, quando se buscam recursos externos, em bancos, agências de fomento, em organizações públicas, privadas, ou do terceiro setor, garantias são solicitadas, e uma delas é a preparação de um documento que especifique todas as etapas que foram utilizadas para montar o projeto.

2.2 Desenvolvimento na perspectiva territorial

Evocar o território ou o local como espaço onde se concretiza o desenvolvimento tem se confirmado como uma temática produtiva no debate entre os conceitos de modernidade e pós-modernidade, incluindo sérias reflexões sobre os impactos da globalização e o papel do Estado-Nação no desenvolvimento de uma comunidade.

Para Saquet (2008, p.26), além de área e formas espaciais, o território significa conexão, articulação, resultado e condição da dinâmica socioespacial. Neste sentido, Rocha (2008, p. 30-31) afirma que

No início da década de 1970, com a exaustão do sistema fordista nos países centrais do capitalismo ocidental, surge um novo regime de produção baseado na acumulação flexível, conhecido como pós-fordista. O regime de acumulação flexível, apesar de manter a concentração da produção em áreas específicas, permitiu o surgimento de novas áreas de produção especializada, ou seja, de territórios diferenciados.

Merece destaque a região conhecida como 'Terceira Itália' (região com larga tradição na produção artesanal e produtos feitos sob medida), localizada no centro e noroeste italiano, com seus distritos industriais, onde aglomerações de pequenas e médias empresas se destacaram pelo crescimento econômico e conquista de mercados internacionais – em contraste das outras regiões européias de mesmos setores e atividades econômicas, baseados na grande indústria.

Esta possibilidade do local oferecer caminhos de flexibilidade que o modelo tradicional não permitia, demonstrou ser um aspecto relevante para aquele momento histórico. Foi surgindo assim, uma série de posicionamentos que refletiam e relacionavam algumas características que dissociavam o desenvolvimento da dimensão temporal e acrescentavam o papel determinante das dimensões sociais, geográficas e territoriais.

Desta forma, entender o processo de desenvolvimento não se trata apenas de apontar vantagens ou obstáculos geográficos de localização, e sim de estudar a montagem das “redes”, das convenções, em suma, das instituições que permitem ações cooperativas – que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação – capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade.

Nos estudos sobre o desenvolvimento de determinadas comunidades e territórios, são representativos os aspectos culturais e religiosos, de modo que estes aspectos presentes na subjetividade humana ajudam a compor um capital social que “corresponde ao *ethos* de uma certa sociedade. Complementa-se este conceito afirmando que o capital social corresponde a recursos cujo uso abre caminho para o estabelecimento de novas relações entre os habitantes de uma determinada região” (Abramovay, 2000, p.12).

Jiménez (2002) destaca que a principal manifestação do compromisso cívico é a associação, ou seja, a propensão dos cidadãos em participarem de associações que buscam o bem comum. Ele afirma ainda que o compromisso cívico consiste em um alto grau de identificação dos cidadãos com os interesses da comunidade em que vivem. Patriotismo, solidariedade, virtudes cidadãs são aqui conceitos centrais.

Desta forma, o capital social é um conjunto de recursos, boa parte dos quais simbólicos, de cuja apropriação depende em grande parte o destino de uma certa comunidade. Então, para Abramovay (2003), a acumulação de capital social é um processo de aquisição de poder e até de mudança na correlação de forças no plano local.

Com base nesta análise, Augusto Franco (2010) explica que qualquer tentativa de pensar o desenvolvimento deve deixar bem claro que existem diferenças entre crescimento e desenvolvimento. Para ele, o crescimento é um fenômeno típico da revolução industrial. É uma invenção do século XVIII. Neste sentido, acrescenta que, segundo os economistas, através do crescimento do PIB seria possível alcançar um desenvolvimento social. Esta afirmação vem se mostrando difícil de ser alcançada. O exemplo brasileiro mostra bem isso. Nesta perspectiva, passou-se a perguntar para quem e para que servia o crescimento. Seguindo essa linha de raciocínio, cabe destacar os conceitos de desenvolvimento humano e social:

Quando os economistas falam em desenvolvimento social estão, em geral, pensando em desenvolvimento humano a partir de uma racionalidade econômica. E quando os policy makers (cuja consciência foi colonizada pelos economistas) falam em desenvolvimento social estão falando em usar superávits de crescimento (recolhidos em geral na forma de impostos) para fazer investimentos em saúde, educação, saneamento, habitação, alimentação e nutrição, transporte, segurança, emprego e renda e estão falando na perspectiva de que o Estado, ao fazer isso, estaria promovendo as condições necessárias e suficientes para que as pessoas pudessem ter acesso ao mundo do desenvolvimento econômico. Não estão tratando exatamente de desenvolvimento social, mas de igualdade de oportunidades para os indivíduos a partir de uma racionalidade econômica (FRANCO, 2010, p.05).

O desenvolvimento sofre com a influência das decisões, seja dos agentes internos como dos agentes externos. Dessa forma, o quadro que hoje é vivenciado no país é reflexo das decisões que foram tomadas no passado e que causaram saldos positivos e negativos. Destaca-se ainda que, em se tratando do Brasil, durante muito tempo, as principais decisões tomadas eram baseadas na perspectiva do crescimento e da aquisição de um padrão de vida de países dito desenvolvidos e determinadas como modelo de modernidade. Logo, essa forma de pensar, levou a busca de se atingir esse objetivo em todo o país, com fortes reflexos positivos e negativos.

2.3 Breve apresentação do semiárido brasileiro

O semiárido brasileiro, historicamente, tem se caracterizado como sendo uma região com graves indicadores sociais, onde permanecem até os dias de hoje a pobreza extrema, com um número ainda grande de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Torna-se assim urgente entender a complexidade deste território no que se refere aos desafios ambientais, socioculturais, políticos e econômicos, de modo que seja superada a vulnerabilidade às secas, e que a sociedade que habita esta complexa região possa encontrar um caminho viável e sustentável de desenvolvimento.

De acordo com Ab’Saber (1992, p. 10),

Os aspectos que dão similitude as regiões semiáridas são sempre de origem climática, hídrica e fitogeográfica, baixos níveis de umidade, escassez de chuvas anuais, irregularidade no ritmo de precipitações ao longo dos anos, prolongamento dos períodos de carência hídrica, solos problemáticos tanto do ponto de vista físico quanto do geoquímico (solos salinos, solos carbonáticos) e ausência de rios perenes, sobretudo no que se refere às drenagens autóctones.

A região Nordeste do Brasil, com 1,56 milhão de Km² (18,2% do território nacional), comporta a maior parte do semiárido brasileiro, apresentando precipitação anual máxima de 800 mm, insolação média de 2.800 h./ano, temperaturas médias anuais de 23o. C a 27o. C, evaporação média de 2000 mm/ano e umidade relativa do ar média em torno de 50% (Silva et al, 2010).

Apesar dos dados acima destacados, oficialmente, segundo o Grupo de Trabalho Interministerial, formado em 2004 pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA e pelo Ministério da Integração Nacional – MI, atualmente o semiárido brasileiro compreende 969.589,4 km², 1.133 municípios e uma população de 20.858.264 pessoas. Este grupo baseou-se em três critérios técnicos para formalizar esta delimitação:

- a) precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros;
- b) índice de aridez de até 0,5, calculado pelo balanço hídrico, que relaciona a precipitação e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 90;
- c) risco de seca maior que 60% tomando-se por base o período entre 1970 e 1990 (Santana, 2007, p.24)

No trabalho de Melo et al (2008) ressalta-se que o semiárido brasileiro é uma das regiões semiáridas mais povoadas entre todas as terras secas existentes nos trópicos ou entre os trópicos, sendo a sua população superior a vários países da América Latina e seu território superando em quilômetros quadrados vários países da Europa. Estes números reforçam a complexidade geopolítica da região e o desafio de conviver com as peculiaridades climáticas deste local.

Os dados apresentados no Quadro 1 descrevem numericamente a quantidade de municípios que estão localizados no semiárido brasileiro e que percentual ele representa na área de cada Unidade da Federação. Destaca-se aqui a realidade do Rio Grande do Norte, que tem 93,4 % do seu território inseridos neste contexto climático. Essa distribuição também pode ser visualizada na figura 1, logo a seguir.

Quadro 1. Distribuição do semiárido nas unidades da federação

Unidade da Federação (UF)	Número de municípios no Semiárido	% Percentual de área do Semiárido na UF
Piauí	127	59,9
Ceará	150	86,8
Rio Grande do Norte	147	93,4
Paraíba	170	86,6
Pernambuco	122	88,0
Alagoas	38	45,6
Sergipe	29	50,9
Bahia	265	69,7
Minas Gerais	85	17,7
Total de municípios no semiárido	1133	

Fonte: Adaptado de Silva et al (2010).



Figura 1: Delimitação do semiárido brasileiro, BNB (2012, p.1)

No tocante aos recursos hídricos, a irregularidade e os baixos valores das precipitações concorrem para as baixas taxas de escoamento superficial, tornando essenciais a construção de açudes e a perfuração de poços, a fim de possibilitar a utilização da água para consumo humano e animal, bem como para a produção de alimentos. Entretanto, as águas subterrâneas são limitadas, devido ao fato de 70% do semiárido estar localizado sob embasamento geológico cristalino, fazendo com que os solos apresentem pequena espessura e portanto baixo potencial de armazenamento de recursos hídricos (Silva et al, 2010).

Reforçando a questão da água no semiárido brasileiro, para Vieira (2000, p.11), as principais características inerentes ao Nordeste Semiárido são:

- Rios intermitentes;
- Secas periódicas e cheias frequentes;
- Uso predominantemente da água para abastecimento humano e agropecuário;
- Águas subterrâneas limitadas, em razão da formação cristalina que abrange cerca de 70% do semiárido;
- Precipitação e escoamento superficial pequenos, se comparados ao restante do Brasil; enquanto em todo o país o escoamento específico é de 211 l/s/km², no nordeste é de apenas 4 l/s/km²;
- A eficiência hidrológica dos reservatórios é extremamente baixa, em função das altas taxas de evaporação; a disponibilidade efetiva anual, oriunda de reservatórios, é de cerca de 1/5 de sua capacidade de acumulação;
- Conflitos de domínio, entre União e estados, em trechos de rios perenizados por reservatórios públicos;
- Necessidade do uso conjunto de águas superficiais e subterrâneas, nas aluviões que se estendem ao longo de rios providos de reservatórios de montante; e
- Existência de ampla, embora insuficiente, infra-estrutura hídrica construída ao longo dos anos, com reservatórios de todos os tamanhos, públicos e privados, e poços perfurados no sedimento e no cristalino; há problemas de segurança, manutenção e operação (Vieira, 2000,P.11).

Na descrição das condições climáticas encontradas na região Nordeste, em especial no semiárido, Silva et al (2010) afirmam que a variabilidade interanual da precipitação é, em muitos casos, decorrentes de fenômenos meteorológicos de grande escala, como o *El Niño*. No entanto, há anos em que se verifica a ocorrência de secas sem que se tenha o registro deste fenômeno. Podem assim, estar associadas também aos padrões de temperatura da superfície do mar (TSM) sobre os oceanos tropicais, os quais afetam a posição e a intensidade da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) sobre o Oceano Atlântico a qual influencia na ocorrência das precipitações, em sua quantidade, intensidade e frequência.

Entretanto, o peso da falta de chuvas nessa parte do Brasil é acentuado não por razões físicas, mas sim por questões socioeconômicas e políticas, as quais não se alteraram. Em virtude disso, as secas continuam representando um dos desastres de maior proporção em escala mundial, já que geram crises econômicas e produzem calamidades sociais, concretizadas nos milhões de alistados nos programas emergenciais, o que vem se repetindo continuamente ao longo da história dessa parte do país (Melo et al, 2008).

Reforçando a idéia anteriormente mencionada, estudos da EMBRAPA Semiárido indicam que o maior desafio a ser enfrentado com relação à água para consumo das famílias e dos animais e para a produção de alimentos, talvez não seja a escassez de chuva, mas uma gestão integrada e compartilhada com os diferentes usuários dos recursos hídricos. Não é a falta de chuva a responsável pela oferta insuficiente de água na região, mas a má distribuição, associada a uma alta taxa de evapotranspiração, que resultam no fenômeno da seca (Sá & Silva, 2010).

Do ponto de vista histórico, de acordo com Melo et al (2008, p. 12)

O fenômeno das secas vem sendo discutido desde o período imperial brasileiro, havendo relatos que a seca de 1877, ensejou medidas oficiais emergenciais por parte do Estado brasileiro, pois neste ano o número de mortos chegou a 500.000 pessoas. E em Fortaleza, capital do Ceará, houve uma perda de metade dos seus 120.000 habitantes.

O caso se mostrou grave e o Imperador, “sensibilizado” com a situação, prometendo ao país que se fosse necessário, utilizaria até a última jóia da Coroa para resolver o problema, de modo que nenhum nordestino morresse mais de fome.

Entretanto, tais objetos prometidos permanecem intocados em museus, e a seca, com suas conseqüências, continuou aumentando o número de suas vítimas em escala regional, expulsando milhares de camponeses que não têm acesso às poucas fontes de água usadas para alimentar o gado dos coronéis do sertão.

Modernamente, o problema da desertificação vem ganhando espaço nos debates sobre os principais desafios do semiárido, sendo muitas vezes como resultado da seca. Entretanto, fazendo uma diferenciação entre esses dois fenômenos, Mainguet (1995. p.17) afirma que é pela escala do tempo que a desertificação e seus efeitos se diferenciam dos efeitos engendrados pelas crises da seca. Neste sentido, a seca e seus efeitos são problemas recorrentes e de curto prazo, enquanto a desertificação é um mal crônico e de longo prazo.

Diante do que foi exposto, o desafio de reduzir a vulnerabilidade das pessoas que habitam o semiárido é algo que mostrou-se no decorrer da história como um problema complexo e que merece atenção e seriedade para se conduzir as verdadeiras mudanças na qualidade de vida do ser humano que habita estas regiões, embora ainda hoje essas sejam mais um conjunto de idéias que ainda não conseguiram se fazer presentes, de forma generalizada, no cotidiano das pessoas que habitam essas terras. Ainda assim, surgem boas perspectivas.

Neste sentido, a expressão “conviver com o semiárido” em contraposição ao “enfrentamento à seca” tem significado uma mudança de abordagem do problema, com força suficiente para impulsionar programas, projetos e ações, com medidas aparentemente simples, mas de grande impacto no alcance de melhores resultando nos indicadores da região.

3 METODOLOGIA

Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental para coletar os dados secundários. Para coletar dados primários, utilizou-se a discussão em grupo focal com 16 lideranças, separados em 04 subgrupos. Estes participantes discutiram entre si como estava o cenário da zona rural em que viviam, elencando os principais pontos positivos e negativos. Estas atividades aconteceram em 08 horas de trabalho em um final de semana de dezembro de 2011.

Em um segundo momento, solicitou-se que cada grupo pensasse estratégias de convivência com o semiárido. Ao final de cada etapa, os resultados eram apresentados para todos os grupos e debatido.

Por fim, estes dados foram reunidos, sendo feita a análise de conteúdo por eixo temático, onde, através do agrupamento das falas dos respondentes, traçou-se uma interpretação da realidade da comunidade rural com relação aos objetivos propostos.

3.1 Locus da pesquisa

Este estudo foi realizado no município de Catolé do Rocha, localizado na Paraíba, no semiárido do Nordeste brasileiro. Sua população em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011) é de 28.759 habitantes.

Com relação aos aspectos econômicos e sociais, a agropecuária continua sendo umas das principais fontes de renda do município, com uma boa produção de leite e da agricultura irrigada para produção de frutos, hortaliças e leguminosas. Entretanto, nos últimos anos, a cidade vem se fortalecendo como um importante centro regional, sediando um Campus da Universidade do Estado da Paraíba - UEPB, bancos públicos federais, serviços médicos públicos e privados de média complexidade, entre outros órgãos públicos federais e estaduais.



Figura 2: Localização do Município de Catolé do Rocha, IBGE (2012,p.1)

No que se refere ao setor industrial, Catolé do Rocha também se destaca pela grande expansão que teve nos últimos anos. São indústrias alimentícias para o beneficiamento do leite, moagem de milho, indústrias de panificação. Existem também no município indústrias de reciclagem de metais e produção de utensílios domésticos de alumínio como painéis, copos, entre outros.

A indústria têxtil e dos calçados está adquirindo uma expressiva participação na dinâmica econômica do município, com uma forte presença de pequenos empreendedores, que agregam características de ousadia e criatividade com os incentivos de crédito e formação, oferecidos pelos órgãos públicos, favorecendo no

estabelecimento de micro indústrias para confecção de sapatos, cintos, artigos em couro e peças íntimas (UNIREGISTRO, 2012, p.01)

No entanto, alguns problemas sociais graves ainda persistem no município de Catolé do Rocha. Dentre eles podem ser citados: um número ainda elevado de analfabetismo, abandono e evasão escolar pelos jovens, alto índice de acidentes graves de trânsito, e principalmente a violência causada pela criminalidade gerada por brigas entre famílias, roubo de cargas e tráfico de drogas. (JORNALDAPARAIBA, 2012, p.1)

Este cenário apresenta um município que tem aumentado seu dinamismo econômico e melhorado a qualidade de vida das pessoas, entretanto, ainda tem um grande caminho a ser trilhado, pois ainda existem graves problemas a serem resolvidos, em especial na zona rural, que tem sofrido com a saída dos jovens e o abandono das terras pelas famílias que vão se concentrar na periferia da zona urbana, inchando os serviços públicos que não acompanham a demanda gerada pela chegada destes novos moradores.

4 ANÁLISE DOS DADOS

De modo a melhor interpretar os dados, estes foram agrupados em quadros e tabelas depois de aglutinados. As respostas dos grupos foram analisadas e apresentadas a seguir.

4.1 Análise dos pontos positivos e negativos das comunidades rurais

Quadro 2: Pontos positivos e negativos apresentados pelo Grupo 1

Pontos positivos	Pontos negativos
Organização política	Falta de perspectivas de geração de renda
Beneficiamento através de projetos sócio-culturais e políticos	Acesso fragilizado as políticas públicas
As parcerias em prol do desenvolvimento da organização. Com ONG's, clubes de serviço, Poder publico, Igrejas e etc.	Escassez de água e terra
A valorização da cultura local	Falta de qualificação profissional direcionada a juventude
Acesso a tecnologias	Preconceito racial, de gênero e etc.

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Quadro 3: Pontos positivos e negativos apresentados pelo Grupo 2

Pontos positivos	Pontos negativos
Solo fértil	Falta de articulação
Acesso fácil	Alto índice de consumo de álcool e drogas
Povo receptivo	Poluição ambiental
Acessibilidade a educação	Ausência do poder público
Poder aquisitivo regular	Falta de incentivo a cultura
	Falta de empregos
	Ausência dos pais na educação dos filhos

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Quadro 4: Pontos positivos e negativos apresentados pelo Grupo 3

Pontos positivos	Pontos negativos
Organização de instituições	Uso indevido da água e da terra
Faculdade na cidade	Desmatamento
Linha verde	Orientação técnica
Seguro safra	Comodismo por parte da comunidade
Diminuição dos produtos químicos	Falta de cursos profissionalizantes

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Quadro 5: Pontos positivos e negativos apresentados pelos Grupo 4

Pontos positivos	Pontos negativos
Projetos agrícolas	Êxodo rural
Mobilizações políticas de instituições rurais	Falta de perspectivas
Festejos e manifestações culturais	Violência
Assistência a saúde da família	Falta de estrutura educacional
Acesso a tecnologias mais avançadas	Escassez de água

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Analisando as repostas do Grupo 1, percebe-se que as comunidades rurais ainda se deparam com problemas de falta de água, tanto para o consumo humano como para a produção. Acentuando esse problema, temos a escassez de terra, a qual agrava a dificuldade de produzir e também de obter água, uma vez que a realidade do semiárido brasileiro ainda é de concentração de terras nas mãos de grandes proprietários, que também concentram em suas fazendas os maiores e melhores reservatórios de água.

No que se refere aos diversos preconceitos sofridos pelas pessoas da zona rural, estas são estereotipadas por viverem em locais aonde persistem o analfabetismo, a fome, a pobreza extrema. Vale a pena destacar que entre as pessoas que moram na zona rural e sofrem com preconceito, as mais vulneráveis são as mães de família de etnias negras.

Com relação aos pontos positivos, foi apresentado pelo grupo a organização política das comunidades rurais, onde estas estão conquistando espaço nas representações políticas locais e com isso exigindo que direitos básicos sejam cumpridos e os problemas da comunidade sejam sanados.

Foi apresentado também a vinda de projetos socioculturais e políticos. Estes projetos são trazidos por entidades públicas e ONG's que em parceria com as comunidades rurais, mobilizam recursos para inúmeras atividades, tanto em questões econômicas e de produção, como as culturais e de lazer, entre outras.

A valorização da cultura local pelas comunidades rurais também foi levantada como um aspecto positivo. Neste ponto, observa-se a importância do meio rural na manutenção das tradições, dos mitos, dos diversos valores que tornaram aquele espaço único.

Também novas tecnologias tem chegado a zona rural, e isso é avaliado positivamente. São conquistas que tornam melhor a qualidade de vida, destacando-se o acesso a energia elétrica, aos computadores, celulares e as novas técnicas de produção agrícola.

Nos dados trazidos pelo Grupo 2, é possível observar uma percepção de que o poder público está ausente das comunidades rurais, também ocorrendo uma falta de articulação da comunidade. Aqui nota-se uma preocupação do grupo com a pouca organização das pessoas da comunidade na conquista de seus direitos básicos.

Das respostas obtidas, também destacam uma falta de oportunidade de empregos, o alto índice do consumo de álcool e drogas. Estes dados preocupam porque a falta de perspectiva dos jovens e o acesso facilitado às drogas tende a se tornar um grave problema social.

Os participantes do Grupo 2, também levantaram questões relacionadas com a falta de apoio a cultura e a educação, inclusive declarando que os pais estão ausentes da educação dos filhos.

Também foi apresentado a questão ambiental, onde as pessoas estão preocupadas com a contaminação do meio ambiente com os resíduos químicos das indústrias da cidade, o lixo urbano e o uso indiscriminado dos agrotóxicos.

Como aspectos positivos, foram levantados a presença de solo fértil, capaz de oferecer bons resultados para a agricultura. Da mesma forma, foi destacado a melhoria do poder aquisitivo das pessoas, que através das políticas de transferência de renda e dos diversos incentivos ao financiamento da produção agrícola tem conseguido aumentar seu poder de compra.

O acesso a educação foi apresentado como outro ponto positivo, uma vez que estão sendo implantadas diversos programas de transporte escolar e de aquisição de merenda para as escolas da educação básica,

enquanto na educação técnica e superior, a cidade possui um Campus da UEPB, com cursos técnicos e superiores.

O Grupo 3 destaca o desmatamento da caatinga como um problema na zona rural, mas por outro lado eles têm percebido uma diminuição no uso de produtos químicos e de agrotóxicos pelos agricultores. Entretanto, destacaram a ausência efetiva da assistência técnica, relatando que os serviços oferecidos pelas entidades de extensão rural locais, públicas e privadas não conseguem atender as demandas das comunidades rurais.

Os participantes do Grupo 3 destacam o Seguro Safraⁱ como um ponto positivo, pois minimiza o prejuízo nos tempos de seca ou de chuva intensa. Outro fator levantado foi a Linha Verdeⁱⁱ, que garante em determinadas horas do dia, uma energia a preço menor para a irrigação.

O Grupo 4, apresenta a violência da zona rural como fator negativo. Segundo eles, muitas pessoas estão assustadas com a criminalidade e isso tem impulsionado a sua saída da zona rural.

Como fator positivo, o Grupo 4 destaca o serviço de Saúde da Família, onde os agentes de saúde tem feito um bom trabalho na zona rural, influenciando na diminuição de casos de mortalidade infantil e no controle de doenças como tuberculose e hanseníase. O Ministério da Saúde (2012, p.10) descreve que:

A Saúde da Família é entendida como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. Estas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde desta comunidade.

4.3 Estratégias para estimular a convivência dos jovens na zona rural do semiárido

No segundo momento da atividade, solicitou-se aos grupos que pensassem quais seriam as melhores estratégias para estimular a convivência dos jovens da zona rural com o semiárido.

Nas respostas abaixo destacadas, os participantes destacaram a necessidade de se manter a identidade rural, a cultura de origem e os principais aspectos que tornam este território um espaço único. Além disso, indicou-se a necessidade de estimular a criação de novas oportunidades de trabalho:

Criação de oportunidades de trabalho e fortalecimento da identidade rural.

Valorizando nossa cultura e origem, trabalhando para desenvolver e preservar nossa região.

Criar programa de incentivo a cultura e ao desenvolvimento econômico naquela comunidade.

Proporcionar a juventude espaços de lazer.

Nas respostas abaixo, os participantes dos grupos destacam a participação social na conquista de melhorias no meio rural e no estímulo a convivência com o semiárido:

Aumento da participação e envolvimento da população rural em projetos de natureza política, educacional, cultural bem como fazer com que essas pessoas possam deslumbrar oportunidades mais ambiciosas e abrangentes.

Oportunizar a juventude a se descobrir e reconhecer seus potenciais, através de atividades sócio educativas, ensinando e aprimorando-os para fazer aquilo que gostam em favor do desenvolvimento integral da comunidade, diferentemente do que acontece hoje, onde os jovens por necessidade e dificuldade financeira se submetem a sistemas de trabalhos “escravos” impossibilitando-os do crescimento educacional, cultural e político.

Junto a comunidade, especialmente com os jovens, realizar encontros e oficinas que enfatizem as potencialidades individuais e coletivas no âmbito do meio rural.

Organização de pequenas cooperativas (alimentos, artesanato) para a renda da comunidade.

Fazer um trabalho de conscientização e resgate cultural.

Realizar estudos capazes de aproveitar os recursos locais e criar políticas públicas e estratégias de formação e preparação das pessoas para produzirem com novas técnicas direcionadas para as potencialidades deste território, são algumas das propostas vistas nas respostas abaixo:

Conhecer e procurar alternativas que possam solucionar algumas dificuldades enfrentadas na realidade, como conhecer melhor a sua região e as riquezas que nela existem, as culturas e animais que se adaptam melhor as condições da região, o clima também deve ser, revisto, pois ele pode auxiliar em várias culturas, ajudando na produção.

Uma política pública de incentivo e valorização. O trabalho de campo, onde o produtor tenha a oportunidade de produzir e terá o seu próprio sustento, sem precisar se deslocar para outras comunidades.

Outras possíveis estratégias são aquelas que tentam reduzir o impacto das formas atuais de utilização dos recursos naturais, racionalizando melhor as técnicas de forma a maximizar os resultados com o que hoje é usado, sem agredir mais ainda o meio ambiente:

Se adequar com a realidade vivenciada, procurar alternativas que amenizem as dificuldades enfrentadas. Conviver com a escassez de água, procurando economizar o máximo.

Aproveitar melhor a terra, sem desmatar e fazer queimadas, utilizar o que existe na própria comunidade.

Evitar queimadas e desmatamentos (Degradação do solo)

Perfuração de poços artesianos para ter consumo.

Construção de barragens e cisternas.

Nota-se com estas respostas que existem propostas vindas das comunidades que podem ser viáveis na melhoria da qualidade de vida das pessoas, principalmente da juventude e no estímulo a convivência harmoniosa com o semiárido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi possível verificar o grande interesse das lideranças em melhorar a qualidade de vida da região em que habitam, otimizando o uso dos recursos naturais e evitando a degradação ambiental em uma perspectiva de convivência com o semiárido. Notou-se também uma grande preocupação com a juventude rural, onde foram sugeridos mais investimentos em políticas públicas direcionadas a educação, ao lazer, a qualificação profissional.

Outro aspecto bem representativo encontrado na análise dos dados foi a necessidade de organização comunitária para a conquista de melhorias para as comunidades rurais. Desta forma, existe um interesse das lideranças em atuar proativamente junto as suas comunidades. Entretanto, para vencer os desafios levantados, é necessário criar estratégias para melhor aproveitar os pontos positivos e corrigir os pontos negativos.

Dentre as declarações é possível notar certo desconforto com a realidade atual e que a manutenção das famílias na zona rural tem sido um desafio as vezes intransponível. Mesmo assim, para os participantes dos grupos focais, a convivência com o semiárido é algo viável e capaz de garantir a permanência das famílias de forma digna.

A falta de perspectiva de geração de renda e a falta de qualificação profissional voltada a juventude podem ser analisadas em conjunto, pois neste ponto observa-se que na ausência de oportunidades na zona rural, as pessoas, em especial os jovens, passam a buscar trabalho nas cidades. Neste sentido, a ausência de uma preparação para o mercado de trabalho é mais um obstáculo para os jovens das comunidades rurais, os quais passam a ocupar trabalhos braçais, menos qualificados e em subempregos.

Um possível objetivo para futuros projetos de desenvolvimento na região podem ser aqueles que criem atividades atrativas e rentáveis para os jovens no próprio município, pois a retenção destes jovens pode ser

decisiva para que outros projetos de desenvolvimento tenham sucesso, já que estes podem ser mais abertos a experimentação.

Finalmente, entendemos que a busca das pessoas pelo desenvolvimento muitas vezes se confunde com um antigo sonho da sociedade de encontrar o paraíso perdido. É o sonho de chegar a um tipo de realidade onde todos os problemas sociais tenham sido resolvidos, um lugar onde possa haver paz e fartura para todos. Esse tipo de simbolismo é visto em várias culturas, ocidentais e não ocidentais. Este parâmetro de desenvolvimento, apesar de estar a gerações numa espécie de inconsciente coletivo das pessoas, ainda não conseguiu se materializar e em alguns momentos parece ficar cada vez mais distante.

Ainda assim, tendo em vista a realidade de muitas das comunidades rurais do semiárido brasileiro, tendo em vista o que foi observado neste trabalho e na série de dados existentes em diversas outras pesquisas, questões urgentes devem ser encaminhadas para que a qualidade de vida dessas pessoas melhore e que elas possam tomar a decisão do rumo que desejam tomar.

Referências Bibliográficas

- Ab'Saber, A. N. (1992) Os sertões: A originalidade da terra. Ciência Hoje. Volume especial Eco-Brasil. Rio de Janeiro: SBPC, maio de 1992, p. 4-14.
- Abramovay, R. (2003) O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Ed. Ufrgs, 2003. (Capítulo sobre “capital Social”).
- Abramovay, R. (2007) Para uma teoria dos estudos territoriais. In: Ortega, A. C; Almeida Filho, N. (Orgs). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas: Alínea Ed.
- ANEEL (2005), Tarifas de fornecimento de energia elétrica. Agência Nacional de Energia Elétrica. Brasília: ANEEL
- BNB (2012). Consultado em: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Investir_no_Nordeste/Mapa_do_Semi_Arido/gerados/apresentacao.asp. Disponível em: 18 de abril de 2012
- Dufumier, Marc.(2007). Projetos de desenvolvimento agrícola: Manual para especialistas. Salvador-BA: EDUFBA
- Franco, A. (2010). Capital social e desenvolvimento local (2004). Consultado em: <http://empreende.org.br/pdf/Capital%20Social%20e%20Cidadania/Capital%20social%20e%20desenvolvimento%20local.pdf>. Disponível em: 12 de março de 2010
- Hare, F. K. (1992) Desertificação: Causas e Consequências. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- IBGE, Consultado em <http://www.ibge.gov.br>. Disponível em 10 de fevereiro de 2010.
- IBGE, Consultado em http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel_v.php?codmun=250430#. Disponível em 18 de abril de 2012.
- JORNALDAPARAIBA(2012), Consultado em http://www.jornaldaparaiba.com.br/polemicapb/2011/12/11/briga-envolvendo-familia-suassuna-ja-causou-ao-menos-100-mortes-no-sertao-paraibano/?utm_source=twitterfeed&utm_medium=twitter. Disponível em 18 de abril de 2012
- Mainguet, M. (1995). *La desertification: expression de la décadance? In: L'Home et la secheresse. Paris: Masson.*
- MDA (2012). Consultado em <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/garantiasafra> Disponível em 18 de abril de 2012
- Melo, J. A. B; Pereira, R. A.; Neto, J. D. (2008). Atuação do estado brasileiro no combate à seca no nordeste e ampliação das vulnerabilidades locais. Anais do II Semiluso- Seminário Luso Brasileiro sobre agricultura familiar e desertificação, João Pessoa

Mendes, B. V.(1994) Uso e conservação da biodiversidade no Semi-árido: GT1 Recursos naturais e meio ambiente – Projeto Áridas. Fortaleza: Projeto Áridas.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (2012). Consultado em http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=149. Disponível em: 18 de abril de 2012

Mintzberg, H.; Ahlstrand, B; Lampel, J.(2000). Safári de estratégia: Um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre/RS: Bookman.

Jimenez, E (2002). Nuevos enfoques teóricos, evolución de las políticas regionales e impacto territorial de la globalización. Santiago de Chile: ONU/CEPAL/ILPES.

Nascimento, E.P (2010). Planejamento estratégico e desenvolvimento sustentável. In: Textos para discussão CDS. Brasília

Pieterse, Jan N (1996). The cultural turn in development: questions of power. In: In: The European Journal of Development research. London: Frank Cass & Co. Ltd, 1996. v. 07, n 01, dec. Pp 176-193

Sá, I.B., Silva, P.C.G (2010). Semiárido brasileiro: pesquisa desenvolvimento e inovação. Petrolina: Embrapa Semiárido

Sachs, Ignacy (1997). Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento. São Paulo: Vértice.

Santana, M. O. (org.) (2007). Atlas das áreas susceptíveis à desertificação do Brasil. Brasília: MMA/SRH/UFPB.

Silva, A.S (2010). Semiárido brasileiro: pesquisa desenvolvimento e inovação. Petrolina: Embrapa semiárido.

UNIREGISTRO (2012). Consultado em: <http://www.uniregistro.com.br/cidades-do-brasil/paraiba/catoledorochoa/>. Disponível em 18 de abril de 2012.

ⁱ O Garantia-Safra (GS) é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) voltada para os agricultores e as agricultoras familiares localizados na região Nordeste do país, na área norte do Estado de Minas Gerais, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e na área norte do Estado do Espírito Santo — área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), majoritariamente Semiárida — que sofrem perda de safra por motivo de seca ou excesso de chuvas (MDA, 2012,p.1)

ⁱⁱ A tarifa horo-sazonal verde é a modalidade de fornecimento estruturada para a aplicação de tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, de acordo com as horas de utilização do dia e dos períodos do ano, bem como de uma única tarifa de demanda de potência. (ANEEL,2005, p.14)